

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.434.056 - SP (2019/0015531-6)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : PAULISPELL INDÚSTRIA PAULISTA DE PAPÉIS E PAPELÃO  
LTDA  
ADVOGADOS : PERCIVAL PIZA DE TOLEDO E SILVA - SP033345  
RICARDO PIZA DE TOLEDO E SILVA - SP217533  
FABIO LAGO MEIRELLES - SP240479  
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR : MONICA TONETTO FERNANDEZ - SP118945

**DECISÃO**

*PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85 DO CÓDIGO FUX. RAZÕES  
DISSOCIADAS. SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO  
CONHECER DO RECURSO ESPECIAL DA EMPRESA.*

1. Agrava-se de decisão que inadmitiu o Recurso Especial interposto por PAULISPELL INDÚSTRIA PAULISTA DE PAPÉIS E PAPELÃO LTDA., com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*AÇÃO ORDINÁRIA – Sentença que afastou a aplicação da Lei Estadual nº 13.918/09, no concernente aos juros de mora, no que diz respeito às CDAs objeto da ação – Magistrado que considerou, indevidamente, na oportunidade da fixação da verba honorária, o valor da causa, quando é certo que, no caso, a base de cálculo é o valor do proveito econômico obtido pela parte – Aplicação, no caso, da regra do artigo 85, § 3º, I, do CPC – Recurso fazendário provido. (fls. 128).*

2. Opostos Embargos de Declaração, estes foram rejeitados (fls. 144/146).

3. Nas razões do seu Apelo Nobre inadmitido, a recorrente defende a inaplicabilidade do § 8o. do art. 85 do Código Fux.

4. É o relatório.

5. O Apelo Nobre não pode ser conhecido, pois a agravante se escora em premissas que não condizem com os fatos ocorridos no processo. Em suas razões recursais, a apelante requer seja afastada a aplicação do art. 85, § 8o. do Código Fux. Entretanto, o acórdão recorrido deu provimento ao recurso fazendário apenas para corrigir a base de cálculo dos honorários advocatícios, com fundamento no § 3o. do art. 85 do referido diploma legal, não se utilizando de apreciação equitativa, como faz crer a recorrente. A propósito, confira-se o seguinte trecho do acórdão recorrido:

*Razão assiste à apelante, pois o valor dos honorários, como estabelecido, supera a cifra de R\$ 158.000,00. Isso porque o magistrado considerou o valor da causa, quando o correto, no caso, seria estabelecer a incidência do percentual sobre o proveito econômico obtido pela parte.*

*É o caso de se aplicar, assim, a regra do artigo 85, § 3º, I, do Código de Processo Civil, que prevê o percentual de 10% sobre o valor do proveito econômico obtido pela autora, resultado do afastamento dos juros abusivos. (fls. 129).*

6. Assim, por apresentar razões dissociadas dos fundamentos do julgado atacado, não pode ser conhecido o Recurso Especial, incidindo, por analogia, o disposto na Súmula 284/STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

7. Diante do exposto, conhece-se do Agravo para não conhecer do Recurso Especial da Empresa.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR